

Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	1
--	---

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas e Administradores da
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de maio de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

BRASVENTOS MIASSABA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	767	51
Investimentos de curto prazo	3	48.676	37.054
Contas a receber de clientes		2.055	4.997
Contas a receber partes relacionadas		179	179
Estoques		1.108	484
Conta de ressarcimento	4	2.137	4.242
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		871	1.033
Outros tributos a recuperar		-	255
Outros ativos		246	9
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		56.039	48.304
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Cauções e depósitos vinculados		4.030	3.676
Tributos diferidos		2.940	1.765
Contas a receber partes relacionadas		8.407	8.407
Imobilizado, líquido	5	179.262	186.702
Intangível, líquido		91	179
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		194.730	200.729
TOTAL DO ATIVO		250.769	249.033
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		3.091	1.174
Contas a pagar partes relacionadas		100	302
Conta de ressarcimento	4	4.574	-
Passivo de arrendamento	6	967	611
Imposto de renda e contribuição social a pagar		184	625
Tributos a pagar		594	236
Dividendos a pagar		577	305
Outras obrigações		199	197
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		10.286	3.450
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Contas a pagar partes relacionadas		390	390
Conta de ressarcimento	4	37.660	27.177
Passivo de arrendamento	6	9.287	11.330
Provisão para desmobilização		3.619	1.483
Tributos diferidos		225	285
Outras obrigações		262	336
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		51.443	41.001
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado		154.853	184.153
Reserva de lucros		34.187	20.429
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	189.040	204.582
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		250.769	249.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BRASVENTOS MIASSABA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	8	45.428	39.470
Custo de produção e operação de energia	9	<u>(29.442)</u>	<u>(29.596)</u>
LUCRO BRUTO		<u>15.986</u>	<u>9.874</u>
Gerais e administrativas		(131)	(1.034)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(992)</u>	<u>91</u>
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		<u>(1.123)</u>	<u>(943)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		<u>14.863</u>	<u>8.931</u>
Receitas financeiras		4.016	2.784
Despesas financeiras		<u>(2.164)</u>	<u>(2.795)</u>
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	10	<u>1.852</u>	<u>(11)</u>
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		16.715	8.920
Imposto de renda e contribuição social corrente		(3.287)	(3.277)
Imposto de renda e contribuição social diferido		<u>597</u>	<u>2.341</u>
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	11	<u>(2.690)</u>	<u>(936)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>14.025</u>	<u>7.984</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASVENTOS MIASSABA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.025	7.984
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LIQUIDO DE IMPOSTOS	14.025	7.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASVENTOS MIASSABA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		114.961	2.717	9.880	-	127.558
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.984	7.984
Aumento de capital		69.192	-	-	-	69.192
Constituição de reserva legal		-	399	-	(399)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	7.433	(7.433)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(152)	(152)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7	184.153	3.116	17.313	-	204.582
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.025	14.025
Redução de capital		(29.300)	-	-	-	(29.300)
Constituição de reserva legal		-	701	-	(701)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	13.057	(13.057)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(267)	(267)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7	154.853	3.817	30.370	-	189.040

BRASVENTOS MIASSABA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<u>Atividades operacionais:</u>			
Lucro Líquido do exercício		14.025	7.984
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9	10.026	9.254
Atualização monetária sobre ressarcimento	10	(828)	815
Juros sobre arrendamento	10	1.027	900
Juros sobre investimento de curto prazo	10	-	(2.371)
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	10	(454)	(413)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	10	(3.527)	-
Tributos e contribuições sociais diferidos		(597)	(2.341)
Provisão processos desmobilização		-	30
		19.672	13.858
<u>Variação de ativos e passivos operacionais</u>			
		25.044	(52.295)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		2.478	1.481
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.709)	(2.236)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(1.027)	(900)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		43.458	(40.092)
<u>Atividades de investimentos:</u>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	5	(2.226)	(3.094)
Aplicações/resgates em investimentos de curto prazo		(10.785)	(35.962)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		100	3.939
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(12.911)	(35.117)
<u>Atividades de financiamentos:</u>			
Aumento de capital	7	-	69.192
Redução de capital	7	(29.300)	-
Pagamentos de arrendamentos (principal)		(531)	(592)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		(29.831)	68.600
<u>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</u>			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		716	(6.609)
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		767	51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. ("Companhia"), situada na Fazenda Canto das Umburanas, s/n, CEP 59500-000, com sede em Macau, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída com o objetivo específico de projetar, implantar, operar e explorar o parque eólico denominado "Miassaba 3".

A Companhia é controlada diretamente pela Ventus Holding de Energia Eólica Ltda e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. e pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Essa estrutura societária ocorreu a partir de 1º de outubro de 2022, quando a AES Operações efetuou uma contribuição de capital de modo que a Ventus passou a ter o controle de 100% de participação societária da Companhia.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ("ANEEL") a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia Nova ("LER") e portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME"):

Eólica	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação da portaria	Vigência da autorização	Prazo da autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade e de aerogeradores	Capacidade e instalada MW	Garantia física MWh
Miassaba 3	2º LER/2009	740/2010	20/08/2010	19/08/2045	35 anos	2014	41	68,5	22,8

Comercialização de energia

Em 31 de dezembro de 2023, o complexo possuía 100% de sua energia contratada no ACR, conforme abaixo:

Parque Gerador	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Brasventos Miassaba 3	2º LER/2009	CCEE	184.316	335,62	jul/12	jun/32	IPCA	Julho

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 08 de maio de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis e resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo".

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	2023	2022
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Numerário disponível	767	51
Subtotal	767	51
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
CDB-DI	48.676	37.054
Subtotal	48.676	37.054
Total	49.443	37.105

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 100,99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (102,08% em 31 de dezembro de 2022).

4 RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia Reserva celebrados entre a Companhia e a CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme exposto no referido contrato.
- Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até – 10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.
- A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos, (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	2023	2022
	Ativo	Ativo
<u>Ativo circulante</u>		
Conta de ressarcimento	2.137	4.242
Subtotal	2.137	4.242
<u>Passivo circulante</u>		
Conta de ressarcimento	(4.574)	-
<u>Passivo não circulante</u>		
Conta de ressarcimento	(37.660)	(27.177)
Subtotal	(42.234)	(27.177)
Total	(40.097)	(22.935)

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.320	(6.874)
Adição / reversão	-	(19.488)
Ressarcimento contratual	(1.078)	-
Atualização monetária	-	(815)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.242	(27.177)
Adição / reversão	-	(17.343)
Amortização	-	3.114
Ressarcimento contratual	(2.105)	-
Atualização monetária	-	(828)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.137	(42.234)
Circulante	2.137	4.574
Não circulante	-	37.660

Cronograma de processamento dos ressarcimentos

Os eventos de *Constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

O Despacho nº 2.303/2019 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que suspendesse os ressarcimentos relativos aos eventos de c-off das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva até que decisão final sobre a regulação fosse tomada. Com a aprovação da Resolução Normativa ANEEL nº 927 de 2021 que estabeleceu

os procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por c-off de usinas eólicas, ficou pendente por parte da CCEE a publicação de cronograma de processamento dos ressarcimentos.

Em 23/12/2022 a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e solares, considerando a energia não fornecida por c-off das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER.

As reapurações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo”, referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

Em função das restrições, que são c-off para usinas eólicas e solares, em outubro de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica - "ABEEólica" e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - "ABSOLAR", em conjunto com seus associados, ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de c-off. Ainda em outubro de 2023, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023 foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

5 IMOBILIZADO

A Empresa utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL), para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Empresa deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao

longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2023			2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,01%	59.763	(22.765)	36.998
Máquinas e equipamentos	4,40%	214.771	(85.306)	129.465
Móveis e utensílios e outros	6,25%	158	(32)	126
Veículos	14,29%	1.225	(163)	1.062
Imobilizado em serviço		275.917	(108.266)	167.651
Imobilizado em curso (i)		2.626	-	2.626
Bens vinculados às concessão e autorizações		278.543	(108.266)	170.277
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	4,00%	11.228	(2.243)	8.985
Total Imobilizado		289.771	(110.509)	179.262

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por material em depósito, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 25 anos e depreciados a uma taxa média de 4%.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração (ii)	Transferências / Reclassificações (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	59.763	-	-	-	59.763
Máquinas e equipamentos	211.490	-	2.033	1.248	214.771
Móveis e utensílios e outros	158	-	-	-	158
Veículos	774	-	-	451	1.225
Imobilizado em serviço	272.185	-	2.033	1.699	275.917
Imobilizado em curso	3.149	2.226	-	(2.749)	2.626
Bens vinculados às concessão e autorizações	275.334	2.226	2.033	(1.050)	278.543
Direito de uso de terreno arrendado	13.456	-	(1.785)	(443)	11.228
Subtotal	288.790	2.226	248	(1.493)	289.771
Depreciação / Amortização arrendamento	(102.088)	(9.987)	1.001	565	(110.509)
Total Imobilizado	186.702	(7.761)	1.249	(928)	179.262

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Provisão Desmantelamento	Transferências (i) / Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	59.763	59.763
Máquinas e equipamentos	271.345	-	(907)	(58.948)	211.490
Móveis e utensílios e outros	54	-	-	104	158
Veículos	126	-	-	648	774
Imobilizado em serviço	271.525	-	(907)	1.567	272.185
Imobilizado em curso	1.597	3.096	-	(1.544)	3.149
Bens vinculados às concessão e autorizações	273.122	3.096	907	23	275.334
Direito de uso de terreno arrendado	9.538	4.505	-	(587)	13.456
Subtotal	282.660	7.601	(907)	(564)	288.790
Depreciação / Amortização arrendamento	(93.441)	(9.211)	-	564	(102.088)
Total Imobilizado	189.219	(1.610)	(907)	-	186.702

(i) Referem-se principalmente a reclassificações de intangível para imobilizado.

(ii) Em dezembro de 2023, a Empresa remensurou as estimativas de provisão de desmantelamento e dos passivos de arrendamentos. O efeito na provisão de desmantelamento foi de R\$ 2.033 e R\$ 784 relativo ao arrendamento.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

6 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.027
Remensuração	4.506
Encargos financeiros	900
Pagamento de encargos financeiros	(900)
Pagamento de principal	(592)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.941
Ingressos	
Remensuração	(1.156)
Encargos financeiros	1.027
Pagamento de encargos financeiros	(1.027)
Pagamento de principal	(531)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.254

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

Fluxo futuro	
<u>CIRCULANTE</u>	
2024	967
Subtotal	967
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
2025	603
2026	649
2027	720
2028	798
2029	884
Após 2029	5.633
Total	10.254

7 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$154.853 (R\$184.153 em 31 de dezembro de 2022) compostos por 206.213.281 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Redução de capital

Em 29 de novembro de 2022 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para tratar sobre a redução de capital da Companhia no montante de R\$29.300, sem alteração na quantidade de ações de emissão da Companhia. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174. Assim, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$154.853, composto por 206.213.281 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

7.2 Reserva de lucros

(a) Reserva Legal

A Companhia constitui reserva de lucros por meio da destinação de 5% do lucro do exercício para reserva legal, sendo o total da reserva limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. A reserva legal poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$701, através da transferência de 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, após a absorção dos prejuízos acumulados.

(b) Reserva de Investimento

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2023. A Companhia constituiu R\$13.057 a título de reserva de investimentos.

7.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$267.

8 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2023	2022
Contratos de energia eólicos	61.416	56.691
Ressarcimento de energia	(14.462)	(15.802)
Mercado de curto prazo	2	-
Receita operacional bruta	46.956	40.889
(-) PIS e COFINS	(1.528)	(1.419)
Receita operacional líquida	45.428	39.470

9 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2023	2022
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos com partes relacionadas	(228)	-
Mercado de curto prazo	(16)	(7)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(8.617)	(10.102)
Taxa de fiscalização ANEEL	(277)	(251)
Subtotal	(9.138)	(10.360)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(10.193)	(9.566)
Material	(55)	(267)
Depreciação e amortização	(10.026)	(9.254)
Seguros	(2)	(78)
Arrendamentos e aluguéis	-	(3)
Contribuições setoriais	(30)	(9)
Outros custos operacionais	2	(59)
Subtotal	(20.304)	(19.236)
Total	(29.442)	(29.596)

10 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
<u>Receitas financeiras</u>		
Receitas de aplicações financeiras	3.527	2.371
Variações monetárias	454	413
Outras receitas financeiras	35	-
Subtotal	4.016	2.784
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargos financeiros de dívidas	-	(972)
Variações monetárias	-	(815)
Juros sobre arrendamento	(1.027)	(900)
Atualização de provisão desmobilização	(103)	(30)
Atualização monetária sobre ressarcimento	(828)	-
Tarifas e encargos bancários	(17)	(75)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(90)	-
Outras despesas financeiras	(99)	(3)
Subtotal	(2.164)	(2.795)
Total Líquido	1.852	(11)

11 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional tributável	61.245	40.889	61.245	40.889
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	4.900	3.271	7.349	4.907
Outras receitas	2.666	1.429	2.666	1.429
Outros ajustes	-	4.610	-	4.480
Base de cálculo	7.566	9.310	10.015	10.816
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(1.135)	(1.397)	(901)	(973)
Adicional (10%)	(733)	(907)	-	-
Outros ajustes	(368)	-	(150)	-
IRPJ e CSLL corrente	(2.236)	(2.304)	(1.051)	(973)
IRPJ e CSLL diferido	388	1.676	209	665
IRPJ e CSLL no resultado	(1.848)	(628)	(842)	(308)
Alíquota efetiva	3,65%	5,63%	1,72%	2,38%

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

12.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2023		2022		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	3	767	767	51	51	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	3	48.676	48.676	37.054	37.054	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		2.055	2.055	4.997	4.997	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	4	2.137	2.137	4.242	4.242	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		4.030	4.030	3.676	3.676	Custo amortizado
Total		57.665	57.665	50.020	50.020	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		3.091	3.091	1.174	1.174	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	4	42.234	42.234	27.177	27.177	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	6	10.254	10.254	11.941	11.941	Custo amortizado
Dividendos a pagar		577	577	305	305	Custo amortizado
Total		56.156	56.156	40.597	40.597	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

12.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) e até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior ou igual a R\$5.000.000 e inferior a R\$8.000.000) de seu PL ou até 7% (PL superior ou igual a R\$8.000.000), considerando o total de investimentos do Grupo AES Brasil. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	767	51
Investimentos de curto prazo	48.676	37.054
Contas a receber de clientes	2.055	4.997
Cauções e depósitos vinculados	4.030	3.676
Total	55.528	45.778

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	3.091	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	251	754	625	2.243	6.745
Dividendos a pagar	-	577	-	-	-
Total	3.342	1.331	625	2.243	6.745

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA e IGP-M utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2023.

(b.3) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	2023	2022
Investimentos de curto prazo	48.676	37.054
Conta de ressarcimento - ativo	2.137	4.242
Conta de ressarcimento - passivo	(42.234)	(27.177)
Total	8.579	14.119

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e dívidas.

Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,66%	10,22%	12,77%	15,33%
Investimentos de curto prazo	CDI	48.676	2.487	3.729	4.974	6.216	7.462
Impacto no resultado			2.487	3.729	4.974	6.216	7.462
Total da exposição líquida			2.487	3.729	4.974	6.216	7.462

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Ressarcimento - ativo	IPCA	2.137	207	230	252	274	296
Ressarcimento - passivo	IPCA	(42.234)	(4.208)	(4.650)	(5.091)	(5.533)	(5.975)
Impacto no resultado			(4.001)	(4.420)	(4.839)	(5.259)	(5.679)
Total da exposição líquida			(4.001)	(4.420)	(4.839)	(5.259)	(5.679)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da MS Santos Participações, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.3) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender

seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para os solares. Quando o regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará

a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEOLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.